

São Paulo, 11 de setembro de 2017

**Ao Conselho Nacional de Educação
At. Ilmo. Sr. Cesar Callegari
Presidente da Comissão de Elaboração da Base Nacional
Comum Curricular**

Prezado senhor,

Vimos por meio desta apresentar ao Conselho Nacional de Educação as contribuições da Escola da Vila para o aprimoramento da Base Nacional Comum Curricular, atendendo à convocação do próprio Conselho.

As sugestões aqui apresentadas são o resultado de análises e discussões fomentadas em equipe pedagógica, elaborada nesta versão pela orientação pedagógica do Fundamental 1, séries iniciais, pela especialista em Alfabetização Miruna Kayano Genoino, que atua como orientadora pedagógica em nossa instituição, com total respaldo e apoio de nossos professores, nossa equipe técnica, dos diretores e mantenedores da Escola da Vila.

Expressamos nosso compromisso com a educação pública, com o valor da educação como direito primordial, em condições de equidade e qualidade garantidas pelo estado. Valorizamos assim, a oportunidade de participar em discussões que deem suporte ao avanço qualificado de suas bases, elegendo deter-nos neste parecer às questões relativas à ALFABETIZAÇÃO.

Agradecemos a leitura de nossas considerações, construídas com vistas a objetivamente contribuir para termos em nosso país

MORUMBI

Rua Alfredo Mendes
da Silva, 55
CEP 05525-000
São Paulo SP
Fone: (55-11) 3751-5255

BUTANTÃ

Rua Barroso Neto, 91
CEP 05585-010
São Paulo SP
Fone: (55-11) 3726-3578

GRANJA VIANA

Rua do Golf, 32
CEP 06642-010
Jardim do Golf I Jandira SP
Fone: (55-11) 4618-5323

info@vila.com.br

www.escoladavila.com.br

condições de alfabetização mais abrangentes e condizentes com o exercício pleno da cidadania por todos os brasileiros e brasileiras.

Fernanda Flores

Direção Pedagógica

PARECER - ALFABETIZAÇÃO NA BNCC - ESCOLA DA VILA

“A BNCC soma-se aos propósitos que direcionam a educação brasileira para a formação humana integral e para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.” (BRASIL, BNCC, p. 7)

Nenhuma instituição de ensino ou entidade relacionada à educação, seja ela presente no âmbito público ou privado poderia considerar que o acima exposto não deve ser foco de total investimento, esforço e integração de todos os cidadãos comprometidos com uma educação de qualidade para todos. Assim, é fundamental que todas as vozes sejam ouvidas e que as diferentes concepções de ensino possam ser contempladas neste processo plural, uma vez que, como destaca-se em diversos momentos do documento e em artigos sobre o tema, bem como na página web oficial do documento, a base não é currículo, por isso precisa ser orientadora e não indutora de determinadas práticas.

Neste sentido, e considerando o exposto na última versão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), de que *“Escolas particulares também acumularam experiências de desenvolvimento curricular e de criação de materiais de apoio ao currículo, assim como instituições de ensino superior construíram experiências de consultoria e de apoio técnico ao desenvolvimento curricular.”* (BRASIL, 2017, p. 13) gostaríamos de expor nosso parecer, baseado em 37 anos de experiência em práticas de alfabetização, sobre a proposta de apropriação do sistema de escrita proposto na última

versão da Base Nacional Comum Curricular.

Elegemos dois aspectos centrais e seus desdobramentos, sobre os quais recomendamos revisão:

1. Sobre a idade na qual deve se consolidar a alfabetização:

Na 2ª versão do documento da Base Nacional Comum Curricular era proposto que o processo de alfabetização fosse foco de trabalho durante as três primeiras séries do Ensino Fundamental 1, o que foi reduzido na terceira versão, que propõe que a alfabetização seja concluída ao final do 2º ano.

Considerando a importância do que é apontado no documento sobre “Pró-letramento”, de que *“Como as diferentes redes de ensino adotam distintos sistemas de organização, alguns optando por ciclos, outros pela seriação, estamos considerando aqui três anos do Ensino Fundamental destinados ao trabalho com as turmas de alfabetização, quer dizer, as turmas de seis, sete e oito anos. Nosso objetivo é o de concentrarmos um esforço e atenção do aprendizado da língua escrita nesses anos decisivos da trajetória escolar de nossos alunos.”* (BRASIL, 2008, P. 8)

Reforçando o exposto na BNCC de que *“a progressão do conhecimento ocorre pela consolidação das aprendizagens anteriores e pela ampliação das práticas de linguagem”* (BRASIL, 2017, p.55)

E acreditando que efetivamente *“o conhecimento das hipóteses feitas pelas crianças no aprendizado da língua escrita é condição fundamental para o seu aprendizado”* (BRASIL, 2017, p. 69)

FORTEMENTE DEFENDEMOS que seja retomada a proposta de que o primeiro ciclo do Ensino Fundamental 1, composto pelo 1º, 2º e 3º ano seja o ciclo voltado à alfabetização. Esperar que a aprendizagem mínima para este processo se consolide em apenas

dois anos pode e possivelmente induzirá práticas transmissivas e pouco aprofundadas em busca da real compreensão do sistema de escrita alfabético. É preciso oferecer tempo de trabalho processual, em busca de avanços, mas que não impeça

"a superação da fragmentação radicalmente disciplinar do conhecimento, o estímulo à sua aplicação na vida real, o protagonismo do aluno em sua aprendizagem e a importância do contexto para dar sentido ao que se aprende são alguns dos princípios subjacentes à BNCC." (BRASIL, 2017, p. 17)

2. Sobre o texto "Considerações sobre o processo de alfabetização" (p. 67, 68 e 69)

Na introdução deste tópico, que ocupa as páginas 67, 68 e 69 da terceira versão da BNCC, utiliza-se como referência citada em nota de rodapé o documento "Pró-Letramento" (BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Pró-Letramento: Programa de Formação Continuada de Professores dos Anos/Séries Iniciais do Ensino Fundamental: alfabetização e linguagem. – ed. rev. e ampl. incluindo SAEB/Prova Brasil matriz de referência/Secretaria de Educação Básica – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2008.). Uma leitura mais ampla e cuidadosa de tal documento indica que a seleção de trechos do mesmo por vezes comprometeu o sentido completo do texto e muitas das menções apontadas podem ser interpretadas de maneira bastante equivocada.

Indicamos que estas considerações sejam revistas para que se evitem distorções que fatalmente podem comprometer o aspecto central destacado pela socióloga e secretária-executiva do Ministério da Educação, Maria Helena Guimarães de Castro de que *"Com a Base, a autonomia das escolas e das redes de ensino será não apenas mantida, mas também estimulada. Nem poderia*

ser diferente, em um país com o tamanho e a diversidade do Brasil. Os currículos terão a tarefa de contextualizar os conteúdos, de acordo com as especificidades locais e regionais." já que da forma como se apresenta na presente versão, o texto "Considerações sobre o processo de alfabetização" induz a uma forma única de ensino: linear, mecânico e transmissivo.

SUGESTÕES DE ALTERAÇÃO NO TEXTO "CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO":

a) Sobre a consideração 1:

"1) Escrever requer habilidade cognitiva, mas também motora, seja traçando letras na superfície de um papel, seja digitando num teclado de computador. As atividades motoras precisam ser aprendidas e, na maioria das vezes, treinadas. O uso do material escolar de escrita, como lápis, caneta, borracha, corretivo, régua e teclado de computador, inclui, além das capacidades cognitivas, habilidade motora"

SUGERIMOS que se altere o texto excluindo a frase *"na maioria das vezes, treinadas"* pois a mesma induz a propostas descontextualizadas e sem sentido para os alunos, nas quais os mesmos estabelecem uma relação negativa com a escrita manuscrita. Para isso sugerimos que seja considerado o exposto no documento "Pró-letramento" que coloca este saber motor e de traçado em suas diferentes possibilidades de concretização em sala de aula: *"Há algumas aprendizagens que os alunos precisam desenvolver logo que entram na escola: saber manusear os livros – didáticos e de literatura infantil –, usar de maneira adequada os cadernos, saber segurar e manipular o lápis de escrever, os lápis de colorir, a borracha, a régua, o apontador, a caneta, sentar corretamente na carteira para ler e escrever, cuidar dos materiais escolares, lidar com a tela, o mouse e o teclado do computador.*

Esses conhecimentos e capacidades são requisitados nas diversas práticas cotidianas de leitura e de escrita, dentro da escola e fora dela. (BRASIL, 2008, p. 22, grifo nosso)

TAMBÉM CONSIDERAMOS que esta não deva ser a primeira das considerações sobre alfabetização pois coloca, enfatizamos de novo, no centro das preocupações com o processo de alfabetização, questões motoras que historicamente já induziram a práticas mecanicistas e de pouco significado para os alunos.

b) Sobre a consideração 2:

"2) Um aspecto fundamental para os momentos iniciais da alfabetização é que o aluno faça a diferenciação entre as formas escritas e outras formas gráficas de expressão."

NOTAMOS que a mesma não expõe claramente ao leitor que aqui aborda-se a importância do aluno diferenciar a escrita do desenho, dos números e de outros símbolos, por isso sugerimos que se explicitem quais são as outras formas gráficas de expressão.

c) Sobre as considerações 4, 5 e 6:

4) Tanto a fala quanto a escrita são produzidas em sequência linear, isto é, "som" depois de "som", ou letra depois de letra, palavra depois de palavra, frase depois de frase, e assim por diante. Um dos pontos fundamentais no início da alfabetização é compreender que essa linearidade acontece de maneira diferente na fala e na escrita.

5) A importância da aprendizagem do alfabeto na fase inicial da alfabetização está, sobretudo, na necessidade de o aluno saber identificar e nomear as letras. Além disso, um conhecimento básico é a regra geral de que o nome de cada letra tem relação com pelo menos um dos "sons" da fala que ela pode representar na escrita. Isso é verdade para a maioria

dos casos (“a”, “bê”, “cê”, “dê”, “ê”, “efe” etc.); as exceções são poucas e de uso menos frequente (as letras h, y e w, por exemplo). Portanto, é fundamental que o aluno compreenda que as letras são unidades estáveis do alfabeto, que representam na escrita os “sons” vocálicos ou consonantais constitutivos das palavras faladas.

6) Conhecer o alfabeto representa desenvolver capacidades específicas, conforme se trate de ler ou de escrever. Para ler, é indispensável a capacidade perceptiva que possibilita identificar cada letra, distinguindo umas das outras. Para escrever, além da acuidade perceptiva, é necessária a capacidade motora de grafar devidamente cada letra.

Conhecer o alfabeto também implica que o aluno compreenda que as letras variam na forma gráfica e no valor funcional. As variações gráficas seguem padrões estéticos, mas também são controladas pelo valor funcional que as letras têm. As letras desempenham uma determinada função no sistema, que é a de preencher um determinado lugar na escrita das palavras. Portanto, é preciso conhecer a categorização das letras, tanto no seu aspecto gráfico quanto no funcional (quais letras devem ser usadas para escrever determinadas palavras e em que ordem). Apesar das diferentes formas gráficas das letras do alfabeto (maiúsculas, minúsculas, imprensa, cursiva), uma letra permanece a mesma porque exerce a mesma função no sistema de escrita, ou seja, é sempre usada da maneira exigida pela ortografia das palavras.

Essas três considerações apontam para elementos que induzem uma perspectiva metodológica na abordagem a esses conteúdos de ensino, o que claramente levaria a uma prática transmissiva sobre sequências lineares e mecânica na memorização descontextualizada no uso do alfabeto.

CONSIDERAMOS essencial que sejam revistas estas considerações, e relativizadas, para que não ocorra justamente o que o documento do "Pró-letramento" alerta como fundamental: *"Isso implica, certamente, a rejeição de uma tradição de ensino apenas transmissiva, isto é, preocupada em oferecer ao aluno conceitos e regras prontos, que ele só tem que memorizar, e de uma perspectiva de aprendizagem centrada em automatismos e reproduções mecânicas."* (BRASIL, 2008, P. 9)

SUGERIMOS que estas considerações sejam condensadas em uma única consideração que aborde aspectos presentes na análise de nosso sistema de escrita, como a diferenciação entre as letras do alfabeto e a organização sonora de nosso sistema, ressaltando que estes saberes são foco de apropriação CONTÍNUA e PROGRESSIVA por parte do aluno. Da forma como estão apresentadas as considerações pode-se ter uma ideia de aprendizagens sequenciais, em ordem, com conteúdos a serem transmitidos, ao invés de explorados ativamente pelo próprio aluno, o que impediria a aprendizagem efetiva das crianças nas séries iniciais do Ensino Fundamental.

Também nos parece ESSENCIAL que o apontamento levantado no documento do Pró-letramento sobre a complexidade da análise sonora, seja inserido: *"Essas regras de correspondência são variadas. Há poucos casos de relações entre fonemas e grafemas simples e regulares no sistema alfabético da Língua Portuguesa. Isto significa que nem sempre a relação entre um fonema e um grafema equivale a uma única correspondência."* (BRASIL, 2008, p. 32)

d) Sobre a consideração 7:

"7) Uma das implicações do princípio de identidade funcional das letras para o processo de alfabetização é que o aluno precisa aprender que não pode escrever qualquer letra em

qualquer posição em uma palavra, porque as letras representam fonemas, os quais aparecem em posições determinadas nas palavras."

APONTAMOS que a mesma apresenta novamente uma ideia de que a alfabetização implica em que o aluno seja informado, treinado a saber quais são os princípios que entram em jogo na escrita convencional, quando inúmeras investigações já indicaram que não é somente recebendo informações que o aluno aprende a escrever, mas sim colocando aquilo que aprende em jogo ao escrever, de forma ativa e consciente. Novamente o próprio documento do Pró-letramento aponta a algumas destas investigações: *"A partir dos anos 1980, o conceito de alfabetização foi ampliado com as contribuições dos estudos sobre a psicogênese da aquisição da língua escrita, particularmente com os trabalhos de Emilia Ferreiro e Ana Teberosky. De acordo com esses estudos, o aprendizado do sistema de escrita não se reduziria ao domínio de correspondências entre grafemas e fonemas (a decodificação e a codificação), mas se caracterizaria como um processo ativo por meio do qual a criança, desde seus primeiros contatos com a escrita, construiria e reconstruiria hipóteses sobre a natureza e o funcionamento da língua escrita, compreendida como um sistema de representação."* (BRASIL, 2008, P. 10, grifos nossos)

ASSIM, SUGERIMOS que a consideração número 7 SEJA RETIRADA, uma vez que as três anteriores já reforçam aspectos sonoros e gráficos do nosso sistema de escrita que precisam ser trabalhados no ciclo de alfabetização.

e) Sobre a consideração 8:

"8) Apropriar-se do sistema de escrita depende, fundamentalmente, de compreender um princípio básico que o rege, a saber: os fonemas, unidades de "som", são

representados por grafemas na escrita. Grafemas são letras ou grupos de letras, entidades visíveis e isoláveis. Os fonemas são as entidades elementares da estrutura fonológica da língua, que se manifestam nas unidades sonoras mínimas da fala. É preciso que o aluno aprenda as regras de correspondência entre fonemas e grafemas, por meio do tratamento explícito e sistemático encaminhado pelo professor na sala de aula. Essas regras de correspondência são variadas, ocorrendo algumas relações mais simples e regulares e outras mais complexas, que dependem da posição do fonema-grafema na palavra (são posicionais) ou dos fonemas/grafemas que vêm antes ou depois (são contextuais)"

SUGERIMOS que seja RETIRADO todo o trecho sublinhado, pois novamente reforça a ideia de um ensino transmissivo e fragmentado que pouco ou nada contribuirá com a alfabetização no início do ensino fundamental. Além disso PROPOMOS que o trecho do documento Pró-letramento que especifica de forma mais clara a complexidade da análise sonora em nosso sistema seja inserido na consideração: *"Estamos sempre colocando entre aspas a palavra som, porque, embora cômoda e fácil de entender, não é a expressão mais exata para falar daquilo que o alfabeto representa. A rigor, os elementos do alfabeto representam fonemas, isto é, unidades fonológicas abstratas que não correspondem, de forma estável, aos segmentos sonoros particulares na fala. Por exemplo: na palavra "cama", o "som correspondente à letra A na primeira sílaba não é igual a nenhum dos sons que pronunciamos em outras palavras com a letra A, como na palavra "lata". Isso significa que o fonema /a/ não é apenas um som, mas uma "classe de sons", que abrange diferentes sons que efetivamente pronunciamos e ouvimos."* (BRASIL, 2008, p. 28)

f) Sobre a consideração 9:

"9) Um conhecimento fundamental que os alunos precisam adquirir no seu processo de alfabetização diz respeito à natureza da relação entre a escrita e a cadeia sonora das palavras que eles tentam escrever ou ler. Esse aprendizado, que representa um avanço decisivo no processo de alfabetização, realiza-se quando o aluno entende que o princípio geral que regula a escrita é a correspondência "letra-som" – em termos técnicos mais apropriados, grafema-fonema. Isso significa compreender a natureza alfabética do sistema de escrita e se manifesta quando o aluno começa a tentar ler e escrever de acordo com o princípio alfabético (uma "letra", um "som")."

SUGERIMOS que A CONSIDERAÇÃO 9 seja colocada como PRIMEIRA CONSIDERAÇÃO, uma vez que aborda a complexidade da aprendizagem do sistema de escrita, E que a mesma seja COMPLEMENTADA pelos dois apontamentos expostos no documento Pró-letramento, sobre a necessária união entre estes conhecimentos linguísticos e a construção de significado por parte dos alunos em processo de alfabetização:

"Assim, no aprendizado do sistema de escrita é importante para o aluno contar com o apoio do significado, em vez de ser obrigado a lidar exclusivamente com abstrações tais como fonemas e sílabas."(BRASIL, 2008, p. 33)

E

"É necessário que o alfabetizador ou a alfabetizadora saiba identificar e compreender esse tipo de raciocínio feito pelos alunos (sobre hipóteses infantis à respeito do sistema de escrita), para conseguir orientá-los com sucesso na superação dessa hipótese e na descoberta da explicação que realmente funciona para o sistema

de escrita do português. "(BRASIL, 2008, p. 31)

g) Sobre a consideração 10:

"10) A aprendizagem das regras ortográficas é parte indissociável do processo de alfabetização, que pode se iniciar com a apresentação de algumas regras básicas para a compreensão do sistema da escrita, e certamente se estenderá durante o Ensino Fundamental – Anos Iniciais."

AFIRMAMOS que é URGENTE que seja inserida uma abordagem que explicita melhor como a ortografia É um conhecimento que deve ser trazido para a sala de aula de forma progressiva, pois do contrário pode começar a ser introduzida nas séries iniciais de forma prematura, IMPEDINDO que a alfabetização plena aconteça. Por isso SUGERIMOS que seja inserida a matização que está colocada no documento do Pró-letramento: *"No início do processo de alfabetização, quando o aluno começa a compreender as regras que organizam o sistema da escrita e, assim, a descobrir como funcionam os mecanismos de codificação e decodificação, não é necessária a antecipação das preocupações sistemáticas com a ortografia. Mas, à medida que os alunos vão aprendendo a escrever com certa fluência, torna-se necessário organizar de maneira sistemática o estudo de algumas regras ortográficas. O importante a ser considerado é o fato de que os alunos não vão conseguir, ao final do primeiro ano, dominar todas as regras ortográficas. Esse é um trabalho a ser desenvolvido não apenas no decorrer dos três primeiros anos da alfabetização, mas ao longo do Ensino Fundamental, considerando a progressão da complexidade dessas regras e as situações de uso."* (BRASIL, 2008, p. 35)

FINALIZAMOS este parecer destacando que as habilidades previstas para o 1º, 2º e 3º anos do Ensino Fundamental relacionadas à unidade temática "Apropriação do sistema

alfabético de escrita" precisam ser revistas de acordo com a revisão destas considerações, enfatizando aspectos importantes de serem trabalhados nestas séries, mas sem induzir a práticas metodológicas únicas, baseadas em um ensino transmissivo, conteudista e com pouca ou nenhuma margem de escolha curricular por parte das escolas.

CONSIDERANDO que a Base Nacional Comum Curricular não é o currículo das escolas, não deveria inserir habilidades mecanicistas e flertar com abordagens metodológicas claramente transmissivas, como o faz ao determinar quais segmentações sonoras devem ser feitas em cada ano escolar. As escolas deverão ter autonomia para, com base no compromisso principal inegociável de garantir a alfabetização plena ao final dos três anos iniciais do ensino fundamental, organizar como farão a progressão do ensino, definindo as propostas de aula, que serão guiadas por suas concepções institucionais sobre metodologias de ensino e aprendizagem.

Miruna Kayano

Orientação Fundamental 1